

Introdução

Tema de pesquisa

A identidade nacional é habitualmente definida na literatura académica como uma identificação individual e como uma forma específica de identidade coletiva (por exemplo, Löfgren 1989; Schlesinger 1987; Smith 1991).

A identidade portuguesa tem sido objeto de um número elevado de ensaios e trabalhos de investigação, sobretudo no campo da Antropologia, da História e da Sociologia (por exemplo, J. Almeida 2004; Alves 2013; Amante 2011; Cabral 2003; Cunha 2001; 2006a; Dias 1961 [1950]; Gil 2004; Leal 2000a; 2000b; Lourenço 1978; 1999; Mattoso 1998; 2015 [1985]; Pascoaes 2007 [1915]; Sobral 2003; 2004; Santos 1994; Trindade 2013). O denominador comum à vasta maioria destes textos é que correspondem ao, ou privilegiam a análise crítica do, ponto de vista intelectual/científico. Menos atenção tem sido dedicada aos discursos de identificação nacional das pessoas comuns, das pessoas que, como sublinha José Manuel Sobral (2015), vivem e morrem no anonimato.

A despeito de outras contribuições (por exemplo, Bastos 1995; Leal 2010; Sobral 2012, 85 e segs.), é nos designados «estudos de fronteira», nos estudos que incidem sobre populações que vivem junto da fronteira ibérica, que encontramos mais exceções, ainda que parciais, a esta tendência. Nestes estudos, cabe mencionar, em primeira instância, um ensaio de Joaquim Pais de Brito (1988). Baseado na edição oficial espanhola da *Acta Geral de Demarcação* de limites entre Portugal e Espanha de 1906, bem como em dados coli-

gidos noutras fontes escritas e no terreno, particularmente na raia de Trás-os-Montes, Pais de Brito (*op. cit.*, 331) defende o fundamento local da fronteira política, «na materialidade do seu traçado sobre o solo, na multiplicidade de signos cujo sentido mais forte e mais complexo se elabora no quadro das práticas e representações locais».

Relativizada em relação ao Alentejo e matizada nas áreas em que a raia coincide com grandes cursos de água – Minho, Douro, Tejo e Guadiana –, esta abordagem da fronteira como «coisa da aldeia» está intimamente associada à correspondência entre os limites territoriais do Estado e os limites territoriais das povoações raianas. De acordo com o autor, isto potencia o desempenho que as populações fronteiriças têm a nível da

produção de um país: por um lado, elas guardam (guardando os seus) os limites do território do Estado, por outro lado, elas marcam, nitidamente, onde os riscos de diluição poderão ser os mais graves, os contornos de uma pertença e de uma identidade nacionais [Brito *ibid.*, 340].

Apesar de ter sido formulada há cerca de três décadas, esta chamada de atenção para o papel central que as populações raianas desempenham na estruturação da identidade nacional não foi ainda sujeita a desenvolvimentos teórica e empiricamente sustentados, consistentes, no interior da Península Ibérica. Com efeito, o trabalho que Pais de Brito (1996) publicou mais tarde sobre Rio de Onor (Bragança) envereda por outro caminho. A fronteira é aí equacionada essencialmente enquanto fator «que localmente se manipula» a fim de «capitalizar vantagens» e enquanto fator «que participa das condições [de] reprodução social» do quadro comunitário aldeão (Brito *op. cit.*, 22, 32), mas não enquanto fator que participa no jogo de espelhos através do qual os raianos configuram, efetivam e sustentam a identidade nacional.

Na restante literatura de fronteira, as coisas passam-se de maneira similar. Embora existam várias publicações em que o tema da identidade nacional é, não raramente a espaços e de modo su-

perifical, trazido à colação, centram-se noutros objetos de estudo, como a memória social (Cunha 2006b), sobretudo a memória do contrabando (por exemplo, Ayuntamiento de la Codosera 2009; Medina 2003; Rovisco 2013; Rovisco, Fonseca e Freire 2009) e da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) (Godinho 2004; Pires 1997; Simões 2007; 2011), as culturas de fronteira (Godinho 2011; Martins s. d.; Uriarte 1994; 2005) e/ou as fronteiras culturais (Pujadas, Martín e Brito 1999; Uriarte 1994; 2005), a ação do centro e da periferia na construção da fronteira e das identidades/identificações a ela associadas (Cairo, Godinho e Pereiro 2009; Godinho 2007; 2013; Valcuende del Río 1998; 2005), a identidade raiana (Amante 2007; Pereiro, Risco e Llana 2008), o nacionalismo galego (Medeiros 2006), as implicações do Acordo de Shengen (Kavanagh 1994; 2011) e das barragens edificadas em águas de fronteira (Watteau 2003; 2014), as questões de património (Godinho 2008; 2012; L. Silva 2009), o turismo (Pereiro 2009; L. Silva e Leal 2015) e, ainda, a prostituição feminina (Ribeiro *et al.* 2007).

Reporta-se à fronteira entre Espanha e França o único estudo exaustivo conhecido sobre o protagonismo das populações raianas na construção da identidade e na delimitação do território nacionais. Cruzando dois níveis de análise – o nível macroscópico da história política e diplomática de ambos os países e o nível molecular da história das populações que habitam e exploram os espaços próximos dos seus limites territoriais –, Peter Sahlins (1989) constrói uma história antropológicamente orientada sobre a evolução do traçado da fronteira franco-espanhola na Cerdanha entre os séculos XVII e XIX, e sobre os processos de construção das identidades nacionais associadas a esta linha divisória marcada na e pela paisagem. Um dos seus principais argumentos é que a experiência subjetiva da diferença tem uma importância fulcral na estruturação da identidade nacional, mesmo que «a percepção das diferenças por parte dos habitantes não implique a diferenciação cultural das duas Cerdanhas» (Sahlins *op. cit.*, 51).

Este argumento remete-nos para a conceção interativa da identidade nacional proposta por Anna Triandafyllidou (1998), segundo a qual a construção/reprodução da identidade nacional envolve um duplo processo de identificação, a saber, um processo de identificação interna, que sublinha os recursos comuns aos cidadãos de um país, e um processo de identificação externa, que enfatiza os aspetos que os distinguem de «outros significantes» em contextos de interação. Reforça-se, assim, a tese de Fredrik Barth (1969, 9-10), o precursor da Antropologia de Fronteiras, para quem a constituição e a manutenção dos grupos étnicos e da diversidade cultural derivam, não do «isolamento social e geográfico», mas sim da ativação de processos «de exclusão e incorporação» em contextos de interação interétnica. Nesta perspetiva, «o discurso nacional não é apenas uma *expressão* de determinados sentimentos nacionais, mas também um mecanismo que *cria* a nação enquanto uma comunidade» (Schneider 2004, 100; ênfase no original).

Partindo destas posições teóricas, este livro propõe-se contribuir para colmatar a supramencionada lacuna de conhecimento no estudo da identidade portuguesa, através da apresentação de um estudo etnográfico desenvolvido num contexto de fronteira. A principal questão de partida é: Qual a «eficácia» cultural da nacionalidade? Sobretudo, como, em que condições e de que maneira é que o referente nacional é importante para a vida dos indivíduos? As semelhanças e dissemelhanças *de facto* entre as populações em estudo também são escrutinadas, mas a atenção centra-se no ponto de vista dos habitantes, nos seus discursos.

Metodologia de investigação

Os materiais compilados neste livro derivam de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em duas povoações situadas em lados opostos da linha de fronteira entre Portugal e Espanha no rio Gua-

diana, nomeadamente, Montes Juntos (concelho do Alandroal) e Cheles (província de Badajoz).

A escolha das povoações deveu-se à conjugação de uma série de fatores. Antes de mais, trabalhar em Portugal foi concordante com a política de fomento de estudos sobre terrenos portugueses posta em prática pela comissão do mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades em que se enquadra o núcleo central do trabalho aqui apresentado, numa inequívoca aceitação/reivindicação da premissa da «ubiquidade do exótico» subjacente ao projeto de «repatriação» da Antropologia (ver Hastrup 1995, 7). O facto de o fazermos num contexto de fronteira, por seu lado, derivou da convicção de que a questão da identidade nacional se coloca aí com uma acuidade particular, devido à grande proximidade física e ao muito provável elevado grau de relações face a face entre membros de distintas nacionalidades, patenteando, por essa via, as condições ideais de trabalho de acordo com as intenções de partida.

Além disso, deveu-se a uma estratégia de economia de tempo e de maximização de conhecimentos empíricos e relacionais. O referido capital empírico e relacional remonta ao biénio 1993/1994, altura em que participámos na recolha de material no âmbito do projeto *Práticas, Representações e Cultura de Fronteira: Interrogação Antropológica a Sul do Caia*, biografando o rio Guadiana e os fenómenos sociais associados, concretamente as barcas de passagem (L. Silva 2005), os sistemas hidráulicos de moagem de cereais (L. Silva 2003; 2004) e a pesca.¹ Foi justamente no decurso desta pesquisa que surgiu a evidência empírica do tema aqui tratado. Os elementos de cultura material então em estudo serviam de ancoreamento a reivindicações e outorgas de identidade e alteridade na-

¹ Projeto coordenado por Joaquim Pais de Brito, acolhido pelo antigo Centro de Estudos de Antropologia Social e financiado pela antiga Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (PCSH/C/ANT/322/92).

cionais de vária ordem por parte dos habitantes das povoações situadas em ambas as margens do rio Guadiana. Veja-se, a título exemplificativo, os depoimentos, feitos em conversas informais durante duas pescarias em lados opostos do Guadiana, seguidamente apresentados:

O processo deles é diferente, pescam de dia. Os espanhóis são muito medrosos e, então, de noite não aparece um espanhol no rio [Guadiana]. Até ao escurecer ainda se ali aguentam, mas desde que se comece a deixar de ver, toca para casa. E os portugueses andam lá noites inteiras, como eu, porque o peixe dá melhor de noite do que de dia [A. P., homem, 68 anos, pescador, residente em Vila Viçosa].

Eles pescam da mesma maneira do que nós. Só que os portugueses pescam com barco e os tresmalhos são maiores do que estes [J. C., homem, 63 anos, pescador, residente em Olivença].²

O que é merecedor de realce é que esta situação só se manifestou nas áreas banhadas pelo «alto Guadiana internacional», designação dada ao troço do Guadiana compreendido entre a foz do rio Caia, junto a Elvas, e a foz da ribeira de Cuncos, nas proximidades de Mourão.³ Significa que a identidade nacional adquire particular importância em contextos de proximidade espacial e/ou de contacto efetivo com o «outro», o que concorda com a anteriormente referida qualidade interativa dos processos de identificação coletiva.

² Todas as traduções foram feitas pelo autor. Os depoimentos relativos a conversas informais foram extraídos das notas de campo.

³ Incluem-se aqui os concelhos de Elvas, Alandroal, Vila Viçosa e Mourão, no caso português, e os municípios de Olivença, Cheles e Villanueva del Fresno, no caso espanhol. Na altura, os informantes eram sobretudo homens com ligação às tecnologias tradicionais de moagem de cereais e às pescas (profissionais e/ou semiprofissionais), independentemente da sua condição perante o ofício à data de pesquisa.

A escolha das localidades em perspectiva deveu-se ainda à menor complexidade e heterogeneidade do tecido social compósito da pequena comunidade em relação a meios urbanos, como, por exemplo, Elvas e Badajoz. Em concomitância, estamos perante um contexto de proximidade física – em via reta, cerca de sete quilómetros separam as povoações de Montes Juntos e de Cheles – onde se têm construído ao longo do devir histórico e inúmeras redes de sociabilidade, configuradas e dimensionadas por relações de diversa índole (económicas, culturais, profissionais, lúdicas, afetivas, emocionais).

O suporte empírico deste trabalho é fruto de uma investigação que envolveu cerca de nove meses de estadia no terreno, seis dos quais de pesquisa efetiva.⁴ Em função do conhecimento anteriormente acumulado, encarámos a festa local e os correlatos eventos taurinos como potenciais domínios de pesquisa. Assim, de acordo com a calendarização inicial do estudo, começámos por fazer duas semanas de trabalho em Montes Juntos por ocasião das festas em honra de Nossa Senhora da Conceição, celebradas entre 1 e 4 de maio de 1997. Em agosto, deslocámo-nos novamente à aldeia e acabámos por arrendar uma casa – o Monte do Galo –, que ocupámos poucos dias depois.

Trabalhámos e vivemos na povoação desde o início de setembro desse ano até fins de maio de 1998, expandindo as redes de conhecidos e entrevistados de modo gradual. Inicialmente, havíamos previsto a repartição equitativa do tempo de pesquisa por ambos os lados da fronteira. Com o desenrolar dos trabalhos, porém, foi intencionalmente produzido um desequilíbrio entre as localidades em estudo. Para além de esporádicas e breves incursões, sobretudo noturnas, na companhia de alguns jovens de Montes Juntos, estivemos

⁴ Em parte, este desfasamento deve-se ao facto de termos procedido à análise dos materiais ainda no terreno, de molde a realimentar o círculo virtuoso do processo de conhecimento etnográfico (Spradley 1980).

cerca de três semanas em Cheles, incluindo cinco dias aquando da festa de Santo Cristo da Paz e 12 dias em meados de dezembro de 1997, bem como seis dias na Páscoa e mais dois dias por ocasião da Romaria de Santo Isidro, celebrada em maio de 1998.

Tendo em conta o elevado protagonismo das festividades cíclicas e da alimentação nos discursos de identificação coletiva dos habitantes de Montes Juntos, entendemos curial converter estes dois registos nos objetos mais precisos da investigação de campo. Por outras palavras, a sua eleição enquanto temas nucleares da pesquisa deve-se ao facto de a presença no terreno nos ter permitido testemunhar múltiplas verbalizações em que estes registos surgiam como operadores de distinção cultural entre, por um lado, as populações de Montes Juntos e de Cheles e, por outro lado, as populações dos seus respetivos espaços nacionais de dependência. Já a circunstância de os discursos vinculados a estes dois registos fazem muitas vezes referências a estereótipos nacionais conduziu à integração destes no leque de tópicos a estudar.

Os principais métodos de recolha de dados foram observação participante, entrevistas semiestruturadas e notas de campo detalhadas. Em Montes Juntos, interagimos diariamente com uma parcela significativa (tanto em termos etários, como sexuais) da população residente. Tomámos refeições conjuntas, quer no contexto dos petiscos vespertinos nos cafés, quer na cantina escolar, onde o Centro Social e Paroquial do Alandroal serve duas refeições diárias, exceto aos fins de semana.⁵ Comungámos das mesmas práticas de lazer, conversámos sobre os mais variados temas da vida, assistimos a programas televisivos – de informação e de entretenimento, entre eles touradas e jogos de futebol – e fomos aos bares e às discotecas a Cheles. Desenvolvemos as mesmas práticas lúdicas: jogos de matraquilhos, *snooker*, cartas e malha. E participámos

⁵ Os beneficiários dos serviços desta instituição na aldeia são sobretudo alunos da escola primária e idosos.

em momentos festivos – a festa, as lides com gado vacum e o Carnaval – e de labor – a apanha da azeitona e a matança do porco.

Em muitas destas situações, conduzimos deliberadamente as conversas para o tema «Espanha e espanhóis», enquanto noutras mantivemos uma atitude mais passiva, a fim de criar uma situação que permitisse perceber os contextos em que o tema é debatido sem a intervenção direta do investigador. Para além de participarmos em muitas atividades quotidianas e excecionais da vida da aldeia, fizemos, de casa em casa, o levantamento de vizinhos e a identificação dos moradores habituais.⁶ Na maior parte dos casos, a elaboração deste levantamento foi simultânea à recolha de impressões acerca da vida de ambos os lados da raia. Em concomitância, elaborámos e aplicámos um inquérito sobre a mobilidade dos residentes em termos de trabalho, compras, festas frequentadas e povoações conhecidas dentro e fora de Portugal.

Paralelamente, efetuámos 40 entrevistas abertas (gravadas), no sentido de obter um conjunto de dados representativos da população residente. Com duração compreendida entre 30 e 120 minutos, muitas das entrevistas foram realizadas em grupo, não raramente com casais. Houve ainda três informantes, um deles espanhol, junto dos quais reincidimos na utilização desta técnica de recolha de dados.⁷ Tanto no decurso das entrevistas formais, como no decurso das conversas informais, tratámos de registar a experiência subjetiva da diferença entre as populações em estudo, mas também os comentários associados às semelhanças e dissimelhanças *de facto* por nós constatadas. Finalmente, registámos as histórias de vida dos cinco residentes em Montes Juntos nascidos em Espanha, três dos quais são do sexo feminino, e inventariámos

⁶ Estes materiais foram introduzidos numa base de dados informatizada e analisados em SPSS.

⁷ O número de entrevistas acima mencionado não considera estes casos de reincidência.

o rol de petiscos e refeições servidos nos dois restaurantes existentes na povoação.

Os materiais coligidos em Cheles, de igual modo, resultam da observação participante dos momentos rituais indicados acima e de meia dúzia de entrevistas abertas (gravadas) – duas a casais mistos, três a residentes nascidas em Portugal e uma a um casal de espanhóis com experiência de interação com portugueses –, complementadas por conversas informais e notas de campo detalhadas. Houve também lugar ao inventário dos itens confeccionados nos dois restaurantes existentes na povoação e ao registo das histórias de vida de cinco dos seis residentes nascidos em Portugal.

Embora este trabalho de investigação incida sobre o presente, o passado e a História não deixam de ser alvo de atenção, sobretudo o historial da fronteira ibérica. Para o efeito, procedemos à consulta das fontes bibliográficas e estatísticas disponíveis, da documentação existente no Agrupamento Fiscal de Évora, dos livros de atas da Junta de Freguesia de Santo António de Capelins (doravante freguesia de Capelins), e dos livros de assento dos relatórios de contas da Comissão de Festas de Montes Juntos, bem como dos programas de festas em honra de Santo Cristo da Paz em Cheles.

Plano do livro

Este livro organiza-se em seis capítulos, o primeiro dos quais trata da evolução histórica da linha de fronteira entre Portugal e Espanha e das repercussões desta na vida de uma população raiana portuguesa, introduzindo-se, a propósito dos discursos de identificação coletiva dos residentes, o conceito de «outro significante» (Triandafyllidou 2006).

O capítulo 2 evidencia a existência de dissemelhanças *de facto* coincidentes com a fronteira política no contexto das festas realizadas em Montes Juntos e em Cheles, sublinhando o deslize tendencialmente sistemático dos referentes utilizados nos discursos

dos informantes de um plano local para um plano nacional, o que é igualmente destacado nos restantes capítulos. São também apresentados mais dois conceitos-chave para o entendimento dos discursos de identificação nacional na aldeia em estudo, o de «distância estrutural» (Evans-Pritchard 1969 [1940]) e o de «comunidade imaginada» (Anderson 1991 [1983]).

O capítulo 3 mostra que a alimentação, concretamente os «manjares cerimoniais» (Oliveira 1984) e as comidas em estabelecimentos públicos (cafés, restaurantes), para além de permitirem identificar uma série de diferenças *de facto* entre as populações em perspetiva coincidentes com a raia, constituem, para a maioria dos residentes, um tópico importante de reivindicação e outorga de identidade e alteridade coletivas, especialmente locais e nacionais.

O capítulo 4 incide sobre os estereótipos nacionais, realçando a sua importância na estruturação da identidade nacional, a sua utilidade prática e o facto de emergirem em contextos de interação com o «outro», num processo de generalização (abusiva) a partir de experiências particulares. São também introduzidos mais dispositivos conceptuais úteis para o enquadramento da empiria, nomeadamente, o de «objetificação da cultura» (Handler 1988), o de «indivíduo coletivo» (Dumont 1983), o de «regulação moral» (Foster 1991) e o da conceção «etnogenealógica» do fenómeno nacional (Smith 1991).

Diferentemente dos capítulos precedentes, onde se examinam os discursos dos habitantes de Montes Juntos, o capítulo 5 aborda a perspetiva de quem vive em Cheles. A análise dos estereótipos nacionais e das demais verbalizações aí registadas a respeito das festas, incluindo as taurinas, e da alimentação nos dois lados da fronteira neste sector mostra que, na vila espanhola de Cheles, os mecanismos de construção/reprodução da identidade nacional são similares aos verificados na aldeia portuguesa de Montes Juntos, quer em termos processuais, quer constitutivos.

O capítulo 6 estabelece um paralelo entre as histórias de vida dos portugueses residentes em Cheles e dos espanhóis residentes em Montes Juntos, problematizando as suas duplas pertenças, a sua «transnacionalidade» (Basch, Schiller e Blanc 1994), e os critérios utilizados na identificação dos indivíduos. Ao mesmo tempo, mostra que os discursos de identificação nacional destes informantes tendem a replicar o discurso dominante nas povoações de acolhimento.

As principais conclusões do trabalho e as respetivas implicações teóricas surgem consubstanciadas na conclusão.